



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00026/2017**

EDITAL

A presente licitação será regida pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aguiar-PB, designado pela Portaria nº 01/2017 de 05 de janeiro de 2017, vem pelo presente processo convidar V. S^a. à apresentar cotação de preço no formulário padronizado de proposta, anexo, ou modelo próprio, a fim de participar da licitação, tipo menor preço por item, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações, e as condições deste Edital, a realizar-se na sala da Comissão, situada na rua Irineu Lacerda, s/nº, centro, Aguiar – PB. Cujas aberturas serão no dia **15 de agosto de 2017, às 09:00 (nove) horas** no endereço acima. Não havendo recursos, as propostas serão abertas neste mesmo dia e horário.

1 - DA ABERTURA

1.1 – A Comissão receberá os envelopes de habilitação e proposta de preços em sessão pública a ser realizada conforme abaixo mencionado:

Local: Prefeitura Municipal de Aguiar

Rua Irineu Lacerda, s/nº - Centro

Horário: 09:00

Data: 15 de agosto de 2017

1.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o dia e horário conforme publicação.

2. – OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamentos e material odontológico, destinados aos Centros de Saúde onde atuam as equipes do Programa de Saúde da Família – PSF, atendendo solicitação da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, neste Município, a medida de suas necessidades, conforme quantidades e especificações no anexo ao edital, acostado que fica fazendo parte integrante deste processo.

3.- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Somente poderão participar da presente TOMADA DE PREÇOS, **empresas cadastradas (art. 22 § 2º da Lei 8.666) na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal**



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

de Aguiar, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, cujo certificado esteja em vigor e que atendam às condições deste Edital.

3.2 – Somente poderão participar da presente licitação, empresas que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei N° 8.666/93 e alterações posteriores.

3.3 – Não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4. – DA HABILITAÇÃO

Serão considerados habilitados no certame as empresas que apresentarem os seguintes documentos dentro da validade:

4.1 - RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores em vigor, devidamente registrado no Órgão de Registro de Comércio competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.
- b) Em se tratando de empresa individual apresentar o requerimento empresarial.
- c) Cédula de identidade do(s) sócios e dirigente(s) para ambos os itens.

4.2 - RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, emitido 2017;
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação (CRS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Prova de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado, do domicílio ou sede da licitante;
- f) Prova de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede da licitante;

4.3 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- a) Certidão de falência de concordata, emitida nos últimos 30 dias.

4.4 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS:

- a) Alvará de localização e funcionamento, expedido pelo Município.
- b) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou empresa privada, com firma reconhecida em cartório, semelhante ao objeto.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

4.5 - **Certificado de Registro Cadastral da PMA** emitido até o terceiro dia anterior à data marcada para o recebimento dos envelopes, ou prova de que solicitou o cadastramento no mesmo prazo, neste caso ficando a habilitação condicionada a aprovação do cadastro, conforme art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.

4.6 - **Declaração**, assinada pelo representante legal da empresa, expressa onde o licitante declare inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

4.7 - **Declaração**, assinada pelo representante legal da empresa, que cumprirá a determinação constitucional, prevista no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

4.8 - Cópia da Licença Sanitária da empresa, estadual ou municipal, emitida pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente, dentro da vigência do prazo de validade, que é de um ano.

4.9 - Autorização de Funcionamento (AFE) expedido pela ANVISA ou cópia da sua publicação no Diário Oficial da União DOU. A autorização de funcionamento deverá estar na vigência do prazo de validade, de acordo com a medida provisória nº 2.190-34/01 (indústria – prazo indeterminado).

4.10 - Não serão aceitos protocolos ou outros documentos, senão os supracitados.

4.11 - **Os documentos acima mencionados serão apresentados na seqüência acima indicada, em original ou por cópia autenticada em cartório.** Em sendo fotocópias não autenticadas, apresentar originais para conferência e autenticação por um membro da Comissão, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de habilitação. **Para os documentos que não consta a data de validade será considerada dos últimos 30 dias.**

4.12 - A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo o seguinte endereçamento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 00026/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL
ODONTOLÓGICO
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
NOME DO LICITANTE:



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

Deverão constar da proposta de preços os seguintes documentos:

5.1 – Carta proposta, preenchida conforme modelo anexo a este edital, ou modelo próprio, por meio eletrônico, contendo item, especificação, quantidade, **marca**, valor unitário, valor global do item e valor global da proposta de preços, em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante ou participante.

5.2 – O prazo de validade da Proposta de Preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega.

5.3 - A proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo o seguinte endereçamento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 00026/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL
ODONTOLÓGICO
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
NOME DO LICITANTE:

5.4 - Nos preços deverão estar inclusos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os medicamentos e material odontológico como: frete, impostos, taxas, sem a inclusão, de expectativa inflacionária ou encargos financeiros;

5.5 - A Prefeitura Municipal se responsabiliza somente pelo pagamento do valor dos medicamentos e material odontológico, sem a inclusão de despesas adicionais, tais como as mencionadas no item anterior.

5.6 - O Município não arcará com despesas indenizatórias em casos de ocorrências de acidentes ou sinistro, na viagem de entrega entre o fornecedor e o Município, como também se isentando das responsabilidades civis e penais.

6 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 – Os envelopes Nº 01 e 02 Documentos e Proposta de Preços deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação na data, horário e local acima especificados, por intermédio de cada representante.

6.1.1 – Depois da hora marcada, nenhum envelope contendo documento ou proposta será recebido pela Comissão, devendo neste caso, ser o fato consignado na respectiva ata.

6.2 - Quando da entrega dos envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS, o representante legal do proponente deverá **apresentar separadamente (CREDENCIAMENTO)** à Comissão, sua carteira de identidade e o comprovante do credenciamento junto à Comissão, que tanto pode ser procuração passada por instrumento público ou particular, firmada pelo signatário da proposta com identificação, CNPJ da empresa licitante, estas últimas com firma reconhecida em cartório, para pessoa jurídica, como também



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

o contrato social ou requerimento de empresário para identificar o responsável pela procuração;

6.2.1 – Quando o representante legal da proponente for sócio ou proprietário, deverá **apresentar original ou cópias autenticadas** do Estatuto ou Contrato Social da empresa (e suas alterações, caso existam), devidamente registrada na repartição competente Junta Comercial, Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou, onde estes não existam, (Cartório de Registro de Títulos e Documentos), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura.

6.2.2 – A procuração ou a cópia do Estatuto citado nos sub itens 6.2 e 6.2.1, ficará retida junto ao Processo.

6.3 – Somente os representantes legais, credenciados e identificados na forma dos sub itens 5.2, presentes na sala de reunião (local de realização da licitação), os membros da Comissão e os técnicos eventualmente por esta convidados é que poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. As demais pessoas presentes poderão acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, vedada qualquer interferência.

6.4 – Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa proponente.

6.5 – Finda a fase de credenciamento e identificação dos representantes, proceder-se-á a abertura dos envelopes.

6.6 – Os envelopes contendo a documentação, que se refere à habilitação, serão abertos na presença dos interessados que procederão à conferência de validade da referida documentação e demais exigências decorrentes deste Edital. Os documentos serão rubricados pelos participantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

6.7 – Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, poderá suspender a reunião para análise dos documentos de habilitação, ou proceder diligências sobre aspectos apontados pelos interessados ou considerados fundamentais pelo própria Comissão para dirimir dúvidas, principalmente quando estiver recebido documentos via correio, como também para a verificação da autenticidade dos documentos pela internet..

6.8 – Ocorrendo a hipótese prevista no sub-item anterior, os envelopes de Propostas de Preços, serão lacrados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos participantes, ficando sob a guarda da mesma, para abertura em outra reunião, cuja data deverá ser indicada na respectiva Ata de Abertura ou através de comunicação publicada no jornal a nível de Estado.

6.9 – Concluído o exame da documentação de que trata os “Envelopes nº 01”, serão relacionadas as licitantes julgadas inabilitadas, às quais devolvidos os “Envelopes nº 02”, após adotadas as precauções de praxe sobre sigilo das propostas, e desde que não tenha havido recurso, ou se ocorrido, após a sua denegação;

6.10 – Em data previamente estabelecida, e desde que tenha transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência formal de sua apresentação, ou ainda, tenha ocorrido julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos Envelopes Nº 2;



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

6.11 – Na ocorrência de adiamento dos trabalhos o reinício dar-se-á com a identificação dos representantes, de acordo com os sub itens 6.2 e 6.2.1. Na hipótese de tratar-se do mesmo representante já identificado, a este bastará exibir documento de identidade fé pública.

6.12 – Qualquer declaração, contestação ou impugnação apresentada pelas licitantes, deverá constar das respectivas Atas, as quais deverão ser, obrigatoriamente, assinadas pelos membros da comissão e representantes das licitantes. Ocorrendo recusa à assinatura por qualquer licitante, tal fato deverá ser registrado na Ata.

7 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

7.1 – No julgamento das Propostas de Preços será levada em consideração o tipo de licitação fixado no inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 45, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores qual seja, o de menor preço por item.

7.2 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Edital bem como aquelas que apresentarem preços, unitários ou globais, excessivos ou manifestamente inexeqüíveis. Em caso de divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os unitários, **como também as propostas que não apresentar a marca.**

7.2.1 – Consideram-se manifestamente inexeqüíveis os preços globais cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta) do menor preço pesquisado.

7.3 - No caso de desclassificação de todas as propostas, serão convocados os participantes para, no prazo de 08 (dias) úteis, apresentarem novas ofertas, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 48, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.4 – Será considerada vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e seus Anexos, e ofertar o MENOR PREÇO POR ITEM.

7.5 – No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais Propostas de Preços, como critério de desempate, será realizado sorteio para a escolha do vencedor, mediante prévia convocação de todos, conforme estabelece o parágrafo 2º do artigo 45, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.6 – Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.

7.7 – A Comissão Permanente de Licitação após proceder ao Julgamento da presente Licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Exmo. Prefeito Municipal com vistas à homologação, observadas os prazos recursais.

7.8 – Consoante reza a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a Administração caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação, sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, através de despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido à assinatura do “Termo de Contrato”, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

7.9 – A decisão da Comissão, somente será considerada definitiva, após homologação e as intimações dos respectivos atos serão procedidos nos termos do § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

7.10 – A firma adjudicatária deverá assinar o instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação feita pelo Órgão e/ou entidade ao preposto da licitante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, da faculdade de a Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos.

8 – DO CONTRATO

8.1 – A Prefeitura Municipal de Aguiar convocará o licitante vencedor para assinar o “Termo de Contrato”, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93;

8.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato”, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se penalidades a que se refere a Lei nº 8.666/93;

8.3 – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8.4 – O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

8.5 – Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

8.6 – Caberá à Contratante providenciar a publicação do extrato do contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

09 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

09.1 – A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

09.2 – Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos medicamentos e material odontológico.

09.3 – Comunicar ao CONTRATADA toda e qualquer ocorrência com a entrega, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

09.4 – A Contratante não se obriga a adquirir, durante a vigência do contrato, os medicamentos e material odontológico nas quantidades total licitada e constante no



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

anexo I deste edital, mas apenas as quantidades suficientes para atender as suas necessidades.

10 – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

10.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação, aquele que aceitando-a sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que teriam viciado o processo licitatório, hipótese em qual tal interposição não terá efeito de recurso.

10.2 - A licitante será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação do serviço objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento no ato do recebimento dos medicamentos e material odontológico.

10.3 - Fornecer os medicamentos e material odontológico de boa qualidade, com prazo de validade vigente e embalagem em boas condições.

10.4 - Os medicamentos e material odontológico serão entregues na sede do município, nas quantidades solicitadas, de acordo com as necessidades da contratante e sem nenhuma despesas adicional para a mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, não sendo cumprido por dois pedidos consecutivos será rescindido o contrato e publicado na imprensa oficial como empresa inidônea.

11 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços propostos serão firmes e irrevogáveis.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A despesa decorrente com a aquisição dos medicamentos e material odontológico da presente licitação correrá à conta de recursos do orçamento próprio: 02.070 Secretaria de Saúde e Meio Ambiente – 10.301.2008.2025 – manutenção das atividades da Secretaria de Saúde - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente, 02.071 – Fundo Municipal de Saúde, 10.301.2014.2031 – manutenção do programa saúde da família - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente 10.301.2014.2033 manutenção do PACS - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente, 10.301.2014.2034 manutenção dos programas básicos da saúde - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente, 10.301.2014.2035 manutenção do PAB - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente.

13 – DO PAGAMENTO E ENTREGA

13.1 – O pagamento dos medicamentos e material odontológico será realizado na tesouraria da Prefeitura, em única parcela até o dia 30 do mês subsequente, mediante documento fiscal com visto e atestado de recebimento dos medicamentos e material odontológico.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

14 – DA RESCISÃO

14.1 – O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, da Lei citada.

15 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

15.1 – Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.2 – A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

15.3 - No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta Licitação, erros ou atraso na entrega e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 3,0 % (três por cento) ao dia, calculada sobre o valor total Contratual, até o limite de trinta dias, no caso de o licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

16.2 – A sanção de advertência de que trata o sub item 16.1, letra a poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das determinações necessária à regularização das faltas ou defeitos observados nos medicamentos e material odontológico;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos para Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

16.3 – O valor das multas referidas na alínea b do sub item 16.1 poderá ser descontado de qualquer pagamento, do contrato.

16.4 – A penalidade estabelecida na alínea d, sub item 16.1, será da competência exclusiva do Exmo. Prefeito Municipal.

17 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 – Dos atos praticados pela Administração caberão os seguintes recursos, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das Propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a que se refere o art. 79, inciso I Lei nº 8.666/93 e alterações.
- e) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

17.2 - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

17.3 – Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, de decisão (indicar a autoridade, conforme o caso), na hipótese do parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

17.4 – A intimação dos atos referidos no sub item 17.1 alíneas a, b, c e d, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no sub item 8.3, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas “a” e “b”, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e consignada em Ata.

17.5 – O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do sub item 17.3, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

17.6 – Interposto o recurso será comunicado os demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.7 – Os recursos deverão ser manifestados por escrito, protocolados e dirigidos ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por intermédio da Presidente da Comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

17.8 – Decairá do direito de impugnar perante à administração, os termos desta licitação, aquele que aceitando-o sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – É facultado à Comissão Permanente de Licitação promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta;

18.2 – É vedada a sub-contratação parcial ou total dos medicamentos e material odontológico, objeto desta licitação;

18.3 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

18.4 - Compõem o presente Edital:
-Anexo I com as quantidades
-Minuta do Contrato
-Modelo da proposta de preços

18.5 – Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirigidos por escrito a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou através do fax: 0**83-3499-1180, até cinco dias antes da reunião de recebimento das propostas, o qual responderá dentro do prazo de três dias através de circular dirigida a todos licitantes.

18.6 – Para dirimir qualquer dúvida oriunda deste Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Piancó.

Dê-se a divulgação prevista no Art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Aguiar – PB, 26 de Julho de 2017.

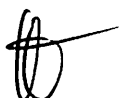
DAMIÃO LINS DE SOUSA
Presidente da CPL

MARTINHO BATISTA GUEDES NETO
Membro

JOSÉ BONIFÁCIO VIANA NUNES
Membro

ANEXO AO EDITAL ODONTOLOGICO

ITEM	NOME DO MEDICAMENTO	UNID	QUANT
1	AGUA OXIGENADA 10 VOL 1000ML	LT.	10
2	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL	CX	40
3	AGUA DESTILADA 5 LITROS	UND	10
4	ASPIRADOR CIRURGICO DESCARTAVEL	CX	5
5	ALCOOL 70%	UND	20
6	ALAVANCA APICAL ADULTO	UND	6
7	ALAVANCA SELDIN ADULTO	JOG	6
8	ALFA SEAL	UNID	10
9	ALVEOLOTOMO RETO(OSTEOTOMO)	UND	6
10	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR	UND	3
11	APLICADOR DE DYCAL	UND	12
12	ARMARIO VITRINE COM 01 PORTA	UNID.	2
13	BANDEJA 24 X 18 X 1,5	UNID.	10
14	BENZOTOP ANESTESICO TOPICO	UNID.	50
15	BOTICAO ADULTO NO. 150	UNID.	10
16	BOTICAO ADULTO NO. 18L	UNID.	10
17	BOTICAO ADULTO NO. 18R	UNID.	10
18	BOTICAO ADULTO NO. 69	UNID.	10
19	BOTICAO INFANTIL N. 18L	UNID.	10
20	BOTICAO INFANTIL N. 18R	UNID.	10
21	BOTICAO INFANTIL NO. 150	UNID.	10
22	BOTICAO INFANTIL NO. 151	UNID.	10
23	BOTICAO INFANTIL NO.16	UNID.	10
24	BROCAS DIAMANTADAS	UNID	100
25	BRUNIDOR NO. 29	UNID.	10
26	CABO DE BISTURI	UNID	10
27	CABO PARA ESPELHO INOX	UNID.	20
28	CALCADOR WARD NO. 3	UNID.	10
29	CAVIBRUCSH	UNID	25
30	CIMENTO IRM KIT	UNID.	20
31	CITANEST 3%	CX	60
32	CITOCAINA 3% S/VASO CONST. cx c/ 50	CX	15
33	CITOCAINA 3% C/VASO CONST. cx c/ 50	CX	40
34	CLOREXIDINA	UNID	15
35	COLTOSOL	UNID	40
36	CONDICIONADOR ACIDO CONDAC 37%	UNID	70
37	Consultório odontológico com cadeira automática e pedala de comando fixo para subida e descida do acento e encosto, volta zero, programação automática de trabalho, chave de controle de intensidade da luz do refletor de 20.000 lux, equipo do com seringa tríplice um terminal de alta rotação e um micromotor, unidade de água com cuba removível e com acionamento elétrico de água. (Gnatus)	UNID	1
38	CONTRA ANGULO PREMIUM C/REF.	UNID	3
39	CURETA GRAYCEY 13-14	UNID.	10
40	CURETA LONGA/PULPOTOMIA NO. 2	UNID.	10
41	CURETA NO. 10	UNID.	10
42	ESCOVA DE ROBSON	UNID.	60
43	ESPATULA Nº 36	UNID	12
44	ESPATULA Nº 7	UNID	12
45	ESPATULA Nº 72	UNID	12
46	ESPELHO ODONTOLOGICO NO.05	UNID.	80



47	ESTOJO 07X07X02	UNID.	6
48	ESTOJO 28X14X06	UNID.	6
49	ESTOJO C/08 DIVISOES	UNID.	6
50	EUGENOL K-DENT	UNID.	50
51	EXPLORADOR NO. 5	UNID.	10
52	EXPLORADOR RETO NO. 47	UNID.	10
53	FIO DE SUTURA SEDA 3-0 C/AGULHA	CX.	50
54	FIO DENTAL c/500 MT	UNID	30
55	FLUOR SOL	UNID	25
56	FLUOR-GEL DFL MENTA	UNID.	50
57	FORMOCRESOL	UNID	20
58	GAZE 5,5X5,5 09F	PCT.	80
59	GERMI-RIO DESINFETANTE 1L	LT	30
60	GERMI-RIO DESINFETANTE 5L	GAL.	40
61	GS - CAPS 2 POR LEN (500UND.)	POT.	5
62	GS- CAPS 1 POR LEN (500UND.)	POT.	8
63	HEMOSPAM	CX	20
64	HIDRO C - 36 GRS	UNID.	40
65	HIDROXIDO DE CALCIO PA 10GRS	UNID.	20
66	HOLLEMBACK 3	UNID.	10
67	KIT ACABAMENTO ULTRA FINO	UNID.	10
68	KIT PERIODONTIA C/9 PECAS	UNID.	4
69	KIT SAÚDE BUCAL (creme,escova e fio dental)	UNID	2000
70	LAMINA DE BISTURI 12	UND.	100
71	LAMINA DE BISTURI 15	UND.	200
72	LIMALHA DURALLOY	UND.	10
73	LINER	UNID.	20
74	LISTERINE 1,5 L REFIL	UNID	20
75	LIXEIRA COM PEDAL 10,5L CESTO PLASTICO	UNID.	2
76	LUVA DESCARTAVEL M	CX	100
77	LUVA DESCARTAVEL P	CX	50
78	LUVA DESCARTAVEL PP	CX	50
79	MACRO ESCOVA	UNID.	1
80	MACRO MODELO	UNID.	1
81	MAGIC BOND D.E REPOSICAO	UNID.	30
82	MASCARA COM ELASTICO C/50	CX.	50
83	MATRIZ DE ACO 5MM	UNID.	30
84	MEPIVACAINA 3% C/VASO CONSTRICTOR	UNID	30
85	MEPIVACAINA 3% S/VASO CONSTRICTOR	CX.	15
86	MERCURIO VIVO	FR.	10
87	MOLDEIRAS C/50 UNID	CX	20
88	Mocho odontológico, com apoio lombar, ajuste de distância, impulsionado à gás	UNID	1
89	NOVOCOL ANESTESICO	CX.	30
90	OCULOS ULTRASPEC 2000 INCOLOR UVEXTREME	UNID	10
91	OLEO PARA B/R - A/R	UNID	15
92	OXIDO DE ZINCO K-DENT	UNID	50
93	PAPEL CARBONO P/ARTICULACAO	UNID	30
94	PASTA HERJOS 90GR	UNID	30
95	PINCA PARA ALGODAO	UNID	10
96	PLACA DE VIDRO 10MM	UNID	10
97	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM	UNID	6
98	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14CM	UNID	6
99	PORTA AMALGAMA AUTOCLAVAVEL	UNID	20
100	PORTA MATRIZ	UNID	10
101	POTE DAPEN	UNID	30
102	PRIME & BOND 2.1 REFIL	UNID.	20
103	PULPO-SAN LIQUIDO	UNID.	30

to

DAMIÃO LINS DE SOUSA - Presidente da CPL

104	PULPO-SAN PO	UNID.	30
105	PVPI 1LT	UNID.	20
106	REMOVEDOR DE MANCHAS	UNID.	15
107	HOLLEMBEK	UNID.	4
108	ROLO DENTAL 100% ALGODAO	RL.	150
109	SERINGA CARPULE	UNID.	10
110	SERINGA DESCARTAVEL 3ML COM AGULHA	UNID.	500
111	SERINGA DESCARTAVEL 5ML COM AGULHA	UNID.	400
112	SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA	UNID.	1000
113	SERINGA DESCARTAVEL 10ML COM AGULHA	UNID.	50
114	SUGADOR DESCARTAVEL	PCT.	100
115	TACA DE BORRACHA P/PROFILAXIA	UNID.	30
116	TESOURA CIRURGICA	UNID.	10
117	TIRA DE LIXA POL/ACAB. DENTAL	CX.	20
118	TIRAS DE LIXA DE ACO 4MM	UNID.	25
119	TIRAS DE POLIESTER K-DENT C/50	ENV.	30
120	TOUCA DESCARTAVEL BRANCA C/50	CX.	50
121	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "A1"	UNID.	10
122	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "A2"	UNID.	10
123	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "A3"	UNID.	10
124	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "A3,5"	UNID.	10
125	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "B1"	UNID.	10
126	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "B2"	UNID.	10
127	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "B3"	UNID.	10
128	TPH SPECTRUM REPOSICAO - "C2"	UNID.	10
129	TRICRESOLFORMALINA-10ML	UNID.	10
130	VERNIZ CAVITINE	UNID.	15
131	VITRO FIL LC CONJUNTO	UNID.	6
132	VITROFIL A3 - CONJUNTO	UNID.	35



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

**MINUTA DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E
MATERIAL ODONTOLÓGICO Nº _____/2017.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E
MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE AGUIAR-PB E A EMPRESA
....., NA FORMA
ABAIXO :

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR-PB**, Estado da Paraíba, CNPJ de nº 08.939.944/0001-30, com endereço na rua Irineu Lacerda, s/n, neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional o Sr. LOURIVAL LACERDA LEITE FILHO, residente e domiciliado nesta cidade, IN FINE assinado, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa, cadastrada no CNPJ de nº, com sede, Bairro, na Cidade de, Estado, vencedora do certame TP-00026/2017, neste ato através do seu representante legal., doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato de fornecimento de medicamentos e material odontológico, para a **CONTRATANTE**, considerando o resultado da Tomada de Preço nº 00026/2017, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, e suas regulamentações, e alterações posteriores, e conforme o Edital da Tomada de Preço nº 00026/2017 e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – Da Documentação

Constitui documentação deste Contrato, fazendo parte integrante do mesmo, para todos os efeitos jurídicos, o Edital da Tomada de Preço nº 00026/2017 e a Proposta Comercial da **CONTRATADA**, documentos estes de inteiro conhecimento da parte contratante.

CLAUSULA SEGUNDA – Do Objeto

Constitui-se objeto deste Contrato a aquisição de medicamentos e material odontológico, destinados aos Centros de Saúde onde atuam as equipes do Programa de Saúde da Família – PSF, atendendo solicitação da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

CLAUSULA TERCEIRA – Da vigência

A vigência deste Contrato vai da assinatura até 31 de dezembro de 2017.

CLAUSULA QUARTA – Das condições para o fornecimento dos Medicamentos e Material Odontológico

A Prefeitura Municipal de Aguiar se reserva o direito de, na vigência do Contrato, adquirir do licitante vencedor, aqui denominada **CONTRATADA**, apenas as quantidades dos medicamentos e material odontológico à medida de suas necessidades não se obrigando portanto a adquirir a quantidade total constante no anexo I do edital.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

Parágrafo Primeiro – O fornecimento dos medicamentos e material odontológico será efetuado, pela CONTRATADA, mediante **Ordem de Compra**, por escrito, emitida pela CONTRATANTE, discriminando o medicamento e a quantidade, à medida de suas necessidades;

Parágrafo Segundo – A **Ordem de Compra** referida no parágrafo anterior, será emitida em 02 (duas) vias, sendo a 2ª via encaminhadas à CONTRATADA;

Parágrafo Terceiro – Somente serão aceitos pela CONTRATANTE, os Medicamentos e material odontológico que estiverem rigorosamente dentro das especificações contidas na Tomada de Preço nº 00026/2017.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Preços

A CONTRATANTE obriga-se a pagar à CONTRATADA, mensalmente, e durante o prazo contratual, o valor dos Medicamentos e material odontológico fornecidos naquele mês. Os preços unitários dos Medicamentos e material odontológico são os constantes da proposta da CONTRATADA, desde que obedecidos fielmente os critérios ora estabelecidos e de acordo com a TP Nº 00026/2017.

Parágrafo Primeiro – O valor global do presente Contrato, para os efeitos legais, é de R\$ (.....), correspondente ao custo total do fornecimento dos medicamentos e material odontológico licitados, para consumo no prazo de vigência, constante da Cláusula Terceira deste Instrumento Contratual.

Parágrafo Segundo – Os medicamentos e material odontológico que constam em tabelas de preços de órgãos oficiais do Governo Federal poderão ter seus preços reajustados, sempre nos mesmos índices autorizados pelos referidos órgãos, e somente de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – Dos Prazos e Local de Entrega

A entrega dos Medicamentos e material odontológico, pela CONTRATADA será feita dentro de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da **Ordem de Compra** emitida pela CONTRATANTE, através do Setor Financeiro e Administrativo desta Edilidade.

Parágrafo Primeiro – O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

Parágrafo Segundo - Considera-se como início de contagem de tempo, para efeito de entrega dos medicamentos e material odontológico, a data de recebimento da **Ordem de Compra** pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – O prazo de entrega será fixo e improrrogável, salvo motivos de força maior comprovados pelo fornecedor e aceitos expressamente pela CONTRATANTE, tais como interesse público, guerra, revolução, mobilização, greves, boicotes, blackout, etc. Comprovado o motivo, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pela CONTRATANTE, por escrito, por igual período de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

Parágrafo Quarto – Os medicamentos e material odontológico, cujo fornecimento são de responsabilidade da CONTRATADA, serão entregues na Sede da CONTRATADA, nas quantidades solicitadas, sem nenhum acréscimo para a CONTRATANTE.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

Parágrafo Quinto – Os medicamentos e material odontológico somente serão recebidos se acompanhados de todas as vias da Nota Fiscal, do respectivo recibo e da 2ª via da Requisição de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto – A CONTRATANTE, após o recebimento e conferência dos medicamentos e material odontológico, e aposição da data do recebimento na Notas Fiscais, providenciará o pagamento, de acordo com a Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Faturamento e Pagamento

O pagamento à CONTRATADA, durante a vigência do presente Contrato, será realizado mensalmente até o décimo dia do mês subsequente.

CLÁUSULA OITAVA – Das penalidades e Multas

A garantia do cumprimento das mútuas obrigações existentes neste instrumento será por meio de pagamento de juros compensatórios, a título de clausula penal (arts. 409 usque 416 do CC) quando a rescisão contratual ocorrer sem motivo justificado ou fora de uma das formas previstas neste Contrato.

No caso de atraso no fornecimento dos medicamentos e material odontológico, será aplicada a multa de 0,32% (trinta e dois centésimos por cento), ao dia, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor dos medicamentos e material odontológico em atraso.

Parágrafo Primeiro – Os valores relativos às multas serão descontados por ocasião do pagamento, à inadimplente, salvo o caso em que não haja fatura a apresentar.

Parágrafo Segundo – Além das multas estabelecidas nos parágrafos anteriores, a CONTRATANTE poderá ainda aplicar à CONTRATADA, pelo descumprimento de uma das Cláusulas contratuais, as seguintes sanções:

- a – Advertência formal;
- b – Suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE, por prazo de até 02 (dois) anos.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

Este Contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA, direito a indenização, quando verificada, pelo menos uma das causas seguintes:

- a) Infringir qualquer dispositivo contratual;
- b) Tiver falência ou concordata decretada, ainda que preventivamente;
- c) Cometer fraude.

Ademais, constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente Contrato as situações previstas nos incisos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo qualquer desobediência que conduza à rescisão contratual, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA, solicitando defesa escrita e documental.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA disporá de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar defesa escrita ou documental à CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - Decorrido o prazo para a CONTRATADA apresentar defesa, a CONTRATANTE, através do setor competente, deverá imediatamente comunicar o fato à Assessoria Jurídica, anexando a defesa da CONTRATADA, se houver.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações Legais e Fiscais

A CONTRATADA arcará, única e exclusivamente, com todos e quaisquer tributos, bem como licenças, alvarás e ônus de natureza Federal, Estadual e Municipal, decorrentes da celebração deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

Os empenhos das despesas oriundas deste contrato serão custeadas por recursos financeiros para ocorrer o adimplemento serão os provenientes de dotação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017.

02.070 Secretaria de Saúde e Meio Ambiente – 10.301.2008.2025 – manutenção das atividades da Secretaria de Saúde - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente, 02.071 – Fundo Municipal de Saúde, 10.301.2014.2031 – manutenção do programa saúde da família - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente 10.301.2014.2033 manutenção do PACS - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente, 10.301.2014.2034 manutenção dos programas básicos da saúde - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente, 10.301.2014.2035 manutenção do PAB - 3390.30 material de consumo, 4490.52 equipamentos e material permanente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Foro

As partes contratantes escolhem e elegem, de suas livres e espontâneas vontades, com renúncia a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que possa ser, para cada uma delas, o foro da Comarca de Piancó, para nele discutirem quais quer dúvidas ou pendências porventura surgidas, originárias deste contrato, desde que não possam ser solucionadas, prévia e amigavelmente, por elas próprias.

Estando, como estão, certas e ajustadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, por seus legítimos representantes já indicados, rubricam e assinam o presente INSTRUMENTO CONTRATUAL, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas abaixo designadas, para que possa produzir seus efeitos jurídicos legais.

Aguiar-PB, de de 2017

LOURIVAL LACERDA LEITE FILHO
Prefeito Constitucional
CONTRATANTE

CONTRATADA



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

TESTEMUNHAS:

.....

.....

Devidamente examinado e aprovado nos termos do Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO II

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

DECLARAÇÃO

..... (razão social), inscrita no CNPJ sob o nºcom sede à, por seu representante, infra-assinado, **DECLARA**, para efeito de participação no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 00026/2017, da Prefeitura Municipal de Aguiar – PB, e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, que cumprirá a determinação constitucional, prevista no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

Local e data

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Aguiar

ANEXO III

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

DECLARAÇÃO

..... (razão social), inscrita no CNPJ sob o nºcom sede à, **DECLARA**, para efeito de participação no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 00026/2017, da Prefeitura Municipal de Aguiar - PB, e conforme disposto no art. 34 §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, até a presente data, **inexiste fatos impeditivos**, minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaro, ainda, ser conhecedor das exigências estabelecidas para participação no referido processo licitatório, e das sanções civis, administrativas e criminais citadas em Lei e que aceita integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital.

Local e data

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)